

## PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS NOTIFICAÇÕES DE ESTUPRO DE MULHERES EM PERNAMBUCO ENTRE 2013 E 2022

**Introdução:** O estupro configura a imposição da prática sexual mediante grave ameaça ou violência, sendo considerado crime pela legislação brasileira, apesar de muito comum no país. A definição de estupro compreende também a prática libidinoso em indivíduos sem capacidade ou com possibilidade reduzida de defesa, como menores de 14 anos, pessoas com deficiência ou sob efeito de entorpecentes ou álcool. **Objetivos:** Analisar o perfil sociodemográfico das notificações de estupro em mulheres em Pernambuco entre 2013 e 2022. **Metodologia:** Estudo quantitativo, observacional e descritivo, com uso de dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, acerca das notificações de estupro em mulheres por macrorregião de saúde em Pernambuco nos últimos dez anos. Conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o estudo dispensa a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** Durante o período amostral analisado, foram contabilizados 13.674 casos de estupro em mulheres em Pernambuco. Acerca da distribuição anual de casos, 2022 foi o ano em que ocorreu o maior número de notificações (13,8%), enquanto 2013 apresentou o menor (6,7%). Neste período, houve um incremento de 106,4% de registros de estupro de mulheres pernambucanas. A distribuição espacial, por macrorregião de saúde, apontou que os casos ocorreram, predominantemente, na Região Metropolitana (75,2%), seguida pelo Agreste (13,1%), Vale do São Francisco e Araripe (8,7%) e Sertão (3,0%). As notificações envolveram, principalmente, mulheres entre 10 e 19 anos (46,48%), pardas (61,33%) e com ensino fundamental incompleto (30,44%). O evento se deu na residência da vítima em 55,0% dos casos e envolveu parente ou conhecido em 65,6% das vezes. **Conclusão:** Observa-se que houve um importante aumento de notificações de estupro em mulheres nos últimos dez anos. As vítimas foram, principalmente, adolescentes, pardas, com baixo grau de instrução, residentes na Região Metropolitana, violentadas em casa, por alguém de seu convívio. Assim, verifica-se a necessidade de implementar políticas públicas que envolvam atividades educativas, para que se reconheçam situações de risco; ações de saúde, para evitar gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis, além da atuação efetiva da polícia e da justiça, para que sejam devidamente punidas tais agressões.

**Palavras-chave:** Epidemiologia. Saúde Pública. Violência contra a Mulher. Violência Sexual.